



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

## VI Reunião Ministerial: 180 Dias de Governo

*Senhor Vice-Presidente,  
Senhores Ministros,  
Senhores Secretários,*

Completamos 180 dias de vigorosa, intensa e frutífera ação de governo. É momento de refletir sobre o muito que se fez, retomando nossos rumos, definindo as próximas etapas de modernização do Brasil e, sobretudo, reafirmando nossos ideais.

Mudanças profundas estão ocorrendo no País. Mudanças que correspondem a um projeto que nasceu do melhor berço democrático: as eleições livres de novembro e dezembro de 1989.

O Brasil que encontramos em 15 de março era um organismo doente. A instabilidade econômica, movida pelo processo aberto de hiperinflação, era nefasta às formas de convivência social, penalizava os mais pobres, e abalava a confiança nas instituições. Os indicadores sociais nos mostravam uma nação fragmentada, em que a injustiça era a norma. Não se encontravam mais os estímulos éticos, indispensáveis para reverter um quadro vergonhoso, em que a cena principal era o trágico sofrimento das crianças carentes. O modelo de desenvolvimento, além de socialmente perverso, não levava em conta as obriga-

ções de busca no equilíbrio ecológico. O Estado, gigantesco e inerte, era uma máquina de favores, que bloqueava o florescimento das forças sociais. Os brasileiros estavam céticos e pessimistas quanto a seu futuro. Na comunidade internacional, a confiança no País estava enfraquecida.

A sociedade fez nas urnas uma clara opção pelo verdadeiro projeto de transformação. As bases desse projeto são sólidas porque respondem ao desenho de uma nova consciência política do povo brasileiro, cansado de manipulações, de promessas falsas, de jogo de favores.

---

«As raízes das transformações  
estão implantadas.  
O futuro já começou.»

---

As mudanças que queremos inspiram-se nas etapas de inflexão da história brasileira, como as que ocorreram à época da Independência, que nesta semana comemoramos. A exemplo do que a Nação enfrentou em 1822, hoje, também, temos a obrigação de estar na vanguarda, inspirados pelos valores de nosso tempo. É o que pedem os brasileiros. Com a Independência, definiu-se uma nova relação do País com o mundo. As mudanças de hoje trazem novas relações do Estado com a sociedade, dos empresários com os trabalhadores, novas perspectivas para a presença internacional do País.

Queremos uma nova cidadania, a qual não vingará, se não cultivarmos os símbolos da Pátria, se não restaurarmos a força do civismo. No respeito à Bandeira, na emoção de cantar o Hino, delineia-se uma nova forma de confiança no destino do Brasil.

A vibração que pude presenciar na parada de 7 de Setembro, quando marcharam, lado a lado, civis e militares, é um admirável sinal de conagração e de fé no futuro do País.

O momento em que exaltamos os heróis da construção da nacionalidade e a restauração das virtudes do civismo é também

o momento de fazer o elogio do comportamento das Forças Armadas, que tenho conhecido de perto, em várias visitas a unidades militares. A lealdade, a disciplina, a dedicação fervorosa às causas nacionais são atitude notável, inspiradora, que merece o respeito de todos os brasileiros.

O projeto de um Brasil novo tem, como primeira característica, a abrangência de propósitos. Assim se tornava necessária a transformação política, para abater a apatia institucional e dar vigor ao processo de consolidação democrática. A transformação econômica era fundamental para estancar a crise econômico-financeira e estimular a criação da economia de mercado, competitiva, eficaz, moderna. A transformação social também exigia urgência para socorrer as carências maiores da população e reinscrever o País no universo das sociedades eticamente motivadas. Também importante a alteração da posição internacional do País, para que participássemos plenamente das decisões que afetam nosso futuro.

O desafio não era pequeno. A sociedade exigia respostas urgentes, como requisito imprescindível para a realização de uma grande nação, abrigo de um povo próspero, justo e feliz.

Tenho hoje a tranqüilidade de afirmar que as raízes das transformações estão implantadas. O futuro já começou.

As ações desencadeadas para cumprir o meu programa de governo surpreenderam pelo vigor, pela profundidade, pelo inesperado. A realidade repelia a timidez e a tibieza. A coragem de inovar e a obstinação de realizar eram demandas do tempo. Por isto, sempre pedi urgência, sacrifício, dedicação sem limite, de minha equipe de governo. Pedi também coesão, certeza dos ideais, disciplina e sinceridade no conselho.

É com alegria que agradeço aos Senhores Ministros, aos Senhores Secretários, a lealdade, a compreensão do sentido do projeto, a consistência nas ações, e, sobretudo, a eficácia. Estou honrado de tê-los em minha companhia na caminhada que iniciamos e que encontrará ainda grandes desafios. São servidores públicos exemplares e a construção da dignidade do povo brasileiro é a causa de todos.

Não quero fazer nesta sexta reunião ministerial um relatório elaborado do que foi a atuação do Governo nesses seis me-

ses. Haveria muito que referir em cada Pasta. Todos os ministérios e secretarias deram forte contribuição não só em suas áreas específicas de gestão. Mas, sobretudo, na criação de confiança nas instituições, que se reflete na certeza de que o futuro será melhor do que o presente, na liberdade de ter esperança.

A verdade política, que se implanta, é um dos fundamentos da realização democrática. Desvia o debate das questões menores e instaura a discussão programática como eixo da vida política. O comportamento do Executivo foi exemplar para banir do cotidiano os mecanismos do favorecimento e do clientelismo que impedem a construção da cidadania, porque frustram, na relação com o Estado, a afirmação dos direitos e a cobrança dos deveres. O Governo, legitimado pelo voto, pôde exercer o papel de liderança no processo de mudança do País porque houve e há perfeita coerência entre o projeto do candidato e a ação do Presidente.

---

«Precisamos de uma sociedade fortalecida, articulada e madura.»

---

As instituições se fortalecem. O Executivo mobiliza os processos de transformação. O debate parlamentar é intenso. O trabalho dos tribunais e do Ministério Público é contínuo. O jogo de pesos e contrapesos dos poderes, essência mesma da articulação democrática, está funcionando exemplarmente no Brasil. O País caminha serenamente para as eleições de outubro. Não existem mais ansiedades nem inquietações diante do calendário eleitoral.

A reforma do Estado prossegue. É elemento essencial da modernização brasileira. O enxugamento da máquina administrativa, a desregulamentação e a privatização abrem espaço para que o Estado comece a concentrar-se naquilo que lhe é próprio, como obras de saúde, educação, habitação, infra-estrutura.

A obstinação da atuação do Executivo é a determinação do momento, pois, na Presidência, aloja-se a primeira e maior responsabilidade pela condução do projeto de modernização do

Brasil. A liderança não significou, em nenhum momento, a ilusão da onipotência. Se o projeto é democrático, o Governo e a sociedade, em interação construtiva, são os motores das mudanças. Como já disse, o nosso governo é fruto da decisão da sociedade de mudar o Governo, para mudar o País.

Precisamos de uma sociedade fortalecida, articulada e madura, que tenha condições efetivas de apoio consciente e de crítica construtiva. Por meio de suas instituições, a sociedade está reagindo prontamente às ações do Governo. Falo das reiteradas manifestações de apoio de setores importantes ou de pesquisas de opinião, que se somam ao debate parlamentar e ao trabalho do Judiciário em diálogo harmônico e independente entre os poderes. O Estado deixa de ser o ator onipresente, ao qual a sociedade servia, e passa a servir o povo. Está aí um elemento central de nosso esforço, porque sabemos que não haverá Brasil moderno se não houver uma profunda reforma do Estado.

O processo de mudanças é avaliado e avalizado, a cada momento, pelo povo. É referendado pelo Congresso: é reconhecido em decisões do Poder Judiciário. Os poderes estão livres e trabalham em consonância com o momento. A democracia se consagra. Por isto, quero reconhecer, em cada parlamentar, a devoção à causa pública; em cada juiz, o sentido de equilíbrio, que permite balizar a lei com equidade, a força de permanência das normas com o dinamismo da sociedade brasileira agora. Legislativo e Judiciário, ao lado da sociedade, são as parcelas necessárias e indispensáveis da construção de um Brasil novo.

---

«A luta contra a inflação se ganha,  
no cotidiano, com a mudança  
de hábitos.»

---

As regras de mercado, da competitividade, da eficiência, passaram a valer plenamente na economia. A livre negociação salarial, a fixação, pelo mercado, da taxa de câmbio, a libera-

ção dos preços, a abertura comercial, a extinção das reservas de mercado, não são simples aspectos operacionais de um programa econômico. O que se pretende é a criação de uma nova mentalidade, de novas formas de convivência econômica. Para tanto, propus dois instrumentos legais com a certeza de que terão efeitos saneadores. O primeiro é a extinção do Imposto Sindical, que vinha concorrendo para profundas distorções nas relações trabalhistas no Brasil, atrelando-as a um paternalismo de Estado, desvirtuando a liberdade e a representatividade dos sindicatos. O segundo é a lei que defende a concorrência contra as manifestações oligopolistas e monopolistas. Já indiquei que assim se pretende resguardar os agentes econômicos e a população daqueles que querem ter lucros, mas não querem ter riscos.

Devemos ter plena consciência de que, em nosso Plano econômico, dois caminhos convergem, o das ações de curto prazo, de objetivos emergenciais, e as de longo prazo, que visam a uma revisão profunda da própria vida brasileira.

Nesse quadro, os resultados são palpáveis. A queda da inflação já é uma conquista. Conhecemos as estratégias para debelar definitivamente os seus males. Se ainda persistem as altas de preço em alguns setores, isto se deve a uma combinação perversa de uma memória inflacionária e da especulação de uns poucos. A memória se extinguirá. A inflação deixará de ser uma realidade do nosso dia-a-dia.

Aqueles que apostarem em ganhos artificiais, frutos da especulação e não do trabalho, serão penalizados. *Cairão com a inflação*. É também importante sublinhar que a vitória no controle inflacionário coincide com a destruição de dois tabus: o da necessidade de congelamento de preços e o da necessidade de contenção tarifária.

Enfim, deixamos de ser o País dos que «levam vantagens». Ganhará quem produzir com eficiência, com criatividade, com crença firme no futuro do País.

A luta contra a inflação se ganha, no cotidiano, com a mudança de hábitos. Quando apelo à população para que procure os preços mais baixos de cada produto, para que pechinche incansavelmente, estou pregando para que uma nova relação se estabeleça entre consumidores e vendedores. Uma relação que

tenha, da parte de quem produz e vende, um conteúdo de lealdade em relação a quem consome. Lealdade que se exprimirá sobretudo pelo equilíbrio nos preços e nos lucros. Não seremos mais o País dos lucros absurdos. Neste momento, em que parcela do 13º salário foi antecipada e o abono foi concedido, o meu apelo se renova a cada cidadão: poupe, só compre o essencial, pechinche. Cada gesto isolado é parte do combate à alta de preços.

Quero assinalar também o resultado notável expresso nos superávits fiscais, que demonstram claramente que, agora, o Estado dá o exemplo de contenção, de seriedade no combate à inflação. A revisão do Orçamento de 1990, a proposta orçamentária para 1991 e as metas plurianuais foram trabalho sério que dá ao Estado conhecimento realista sobre o que vai receber e sobre o que vai gastar. Volta a possibilidade de planejar e a crise fiscal será definitivamente superada. O superávit assinala, também, que a reforma do Estado é uma realidade mensurável. Os abusos e privilégios, capa visível da ineficiência, foram radicalmente abandonados. A austeridade transforma o Governo em fonte de inspiração para as profundas mudanças, necessárias à modernização do País.

---

«Se queremos competitividade  
e eficiência, devemos expor  
a produção brasileira  
à concorrência internacional.»

---

As radicais modificações do curso da gestão econômica, que trouxeram o saneamento das finanças e o controle pelo Estado, das políticas monetárias e fiscal. Materializaram-se em ganhos decisivos para a credibilidade internacional do País. Agora, estão postas, com êxito, as condições para negociações com os credores internacionais, sob o império da racionalidade.

As primeiras etapas dessas tratativas envolvem o Fundo Monetário Internacional e estão sendo realizadas com base em



uma capacidade negociadora reforçada pela nova realidade econômica, que permitiu, com conforto, que os resultados fossem absolutamente consistentes com as melhores expressões do interesse nacional.

O desenvolvimento exige, no Brasil, imenso esforço na área de infra-estrutura e na correção das disparidades regionais. Sanar suas deficiências e as fragilidades, abandonadas pelo Estado, que autodevorava os seus recursos, é requisito para uma economia sadia. Daí, o esforço que iniciamos para recompor as rodovias brasileiras, peça simbólica de um plano maior de completa revisão do tecido de vias de comunicação brasileiro.

A retomada das obras de Xingó é outro exemplo do reconhecimento das responsabilidades do Estado nesta matéria de infra-estrutura.

Aspecto central do atendimento às necessidades brasileiras na área do transporte é a reafirmação do Programa Nacional do Alcool, que se apoiará, agora, em pesquisas que garantam maior produtividade ao setor e à racionalização da utilização de seus subprodutos.

Celebramos novo recorde na produção brasileira de petróleo. A política de prospecção e aumento de extração continuará, porque sei do seu valor econômico e estratégico.

A definição das questões da energia no Brasil é necessariamente um processo abrangente e complexo. Assim, para termos o melhor planejamento na composição das fontes e das correspondentes formas de uso, estabeleci comissão da matriz energética, coordenada pelo Ministério da Infra-Estrutura. É passo inovador que trará conseqüências positivas para a saúde global da economia.

A atenuação das disparidades regionais está sendo objeto de atenção especial do Governo. Para tanto, determinei o lançamento das diretrizes de ação governamental para o Nordeste que, depois de debatidas, conformarão o programa de planejamento integrado para a região.

Não existe hoje desenvolvimento sem criação científica e tecnológica. O futuro de prosperidade com que sonhamos pressupõe a busca da vanguarda do conhecimento. Criamos progra-

mas especiais nesta área. Programas que aproximam a pesquisa pura da aplicação tecnológica, o cientista do empresário. A universidade estará integrada ao processo de desenvolvimento.

Quanto à informática, chave do progresso em nossos tempos, estamos criando condições para que a flexibilização da reserva de mercado seja a primeira etapa para sua extinção posterior. Abrem-se, agora, possibilidades de importação e de formação de *joint-ventures*, que ampliarão os benefícios concretos para a indústria e o usuário. A reserva de mercado não pode ser um instrumento útil de política econômica, sobretudo quando praticada com distorções cartoriais como ocorreu no Brasil. Se queremos competitividade e eficiência, devemos expor a produção brasileira à concorrência internacional. A nossa classe empresarial já demonstrou ampla capacidade de presença internacional.

---

«O engajamento é total na redenção  
do menor, que queremos ver  
na escola, com saúde, longe  
da droga e da violência.»

---

A injustiça social no Brasil não pode parecer um problema insolúvel. Os dados sobre mortalidade infantil, a evasão escolar e o analfabetismo; os números sobre a dissolução prematura dos laços de família, carências médicas, alimentares e a violência revelam o Brasil das realidades inaceitáveis. Esses fatos devem sensibilizar a consciência do cidadão. Nossa história social é um percurso de erros e de omissões das autoridades governamentais, de atitudes egoístas das elites e do descaso da sociedade. É uma história de equívocos que nos tornava alheios aos aspectos mais dolorosos de nossas vidas.

*Não somos mais omissos.* Se queremos transformar profundamente o País, é preciso conhecê-lo, em cada aspecto, em cada momento. Não temos medo dos fatos porque temos a coragem

de enfrentá-los. Não podemos continuar a ser o Brasil em que a imagem do desumano é a visão trágica de nosso cotidiano.

É hora de dar um basta. O Governo, o cidadão, as famílias, as organizações religiosas, os partidos políticos, os organismos representativos da sociedade, a imprensa, todos e cada um, temos responsabilidade na superação das formas vergonhosas do abandono, da miséria, da injustiça.

O programa de ação social do Governo está delineado e a prioridade absoluta é a criança. O engajamento é total na redenção do menor, que queremos ver na escola, com saúde, longe da droga e da violência. Nosso empenho nasce da indignação com o que vemos nas cidades brasileiras e não admitirá adiantamentos e delongas. Faço um apelo às autoridades estaduais e municipais a que participem de nossa luta. Não deve haver limites à cooperação quando está em jogo a salvação do menor.

O «Ministério da Criança» tem impulsionado a ação coordenada de todas as áreas governamentais pela criação de vida digna para as nossas crianças. O Programa Nacional de Alfabetização, a ser lançado amanhã, é um dos pilares da recuperação do menor e atingirá também o adulto analfabeto. Quem não lê terá sempre dificuldades e limites no exercício pleno da cidadania. O Plano é abrangente e, de forma descentralizada, mobilizará estados, municípios e entidades sociais, em verdadeira cruzada nacional.

Estamos enfrentando igualmente o problema da habitação popular, com um programa que já iniciou a construção de 200 mil casas. É esforço notável para as nossas atuais condições, mas ainda modesto, diante do enorme déficit habitacional. O programa de saneamento básico complementa outra condição indispensável do atendimento social ao povo brasileiro.

As ações na área da saúde têm modificado uma realidade deplorável, tanto pela precariedade e limitação dos serviços como pelas deficiências no atendimento. As distorções e entraves burocráticos — que fazem com que somente 30% de cada cruzeiro investido em saúde chegue ao usuário — combinam-se com a ineficiência, a falta de atenção em serviços a que o cidadão recorre. Mais leitos, mais responsabilidade, mais cuidado,

mais humanidade, têm sido as regras do comportamento do Governo na área de saúde, com reconhecido êxito.

Insisto em que o problema central é o da criança. Por isto, disse, ao instituir o «Ministério da Criança», a democracia é o universo das responsabilidades compartilhadas e não haverá responsabilidade mais nobre e mais clara expressão do bem comum, que a redenção de nossos menores. A proposta é a de libertá-los, de uma vez por todas, das formas de violência e do abandono.

A democracia supõe o acesso aos bens culturais, que são formadores da nacionalidade. O Estado não se omitirá nesta área, e delineará, com sentido moderno, políticas culturais que sirvam ao momento brasileiro.

---

«Nossa política externa não tem  
duas faces.»

---

A transformação da posição internacional do Brasil já está delineada. O primeiro passo foi superar a imagem negativa que passávamos à comunidade internacional. Não somos mais olhados como depredadores do meio ambiente porque o Governo adotou política tenaz de defesa ecológica e porque estamos na vanguarda da proposição de novos conceitos sobre cooperação internacional para salvar o planeta.

As revelações sobre a situação precária dos direitos humanos no Brasil eram recebidas como peças de acusação, como ameaça à soberania. Hoje, a causa dos direitos humanos é a primeira das causas do Governo. Denúncias de organismos internacionais ou de setores da sociedade brasileira desencadeiam a reação automática na apuração e elucidação exemplar dos fatos, no levantamento de responsabilidades, e na instauração dos meios de punir os violadores. As sociedades nacional e internacional sabem, agora, que aqui existem governantes atentos, res-

ponsáveis, dispostos a mobilizar as melhores energias da nacionalidade para debelar este drama do nosso dia-a-dia.

A nova realidade brasileira leva naturalmente, sem artificialismo, a que se modifique a própria imagem do País frente a seus parceiros. No intercâmbio diplomático, a confiança renovada no Brasil se converte em resultados concretos na área do comércio, do investimento, do diálogo político. O modo como se ouve a voz das autoridades brasileiras é diferente. A credibilidade do País assegura aos nossos interlocutores que, em qualquer área, o que prometemos é o que será feito e, com isto, negociações delicadas, como a dívida, ganham fluidez. Nossas razões são aceitas porque traduzem seriedade e consistência.

Ausentes as ambigüidades na ação externa do País, a imagem se reforça. A regra é hoje a transparência, a coerência entre a palavra e a ação, os propósitos unívocos nas relações bilaterais e multilaterais. O respeito ao Direito Internacional se soma à observância das prescrições constitucionais que obrigam à transparência e ao acompanhamento parlamentar da gênese dos compromissos internacionais. A política externa não tem duas faces. Não tem razões ocultas ou movimentos escusos, que devem ser superados e condenados se o objetivo é a construção de um mundo de paz. Não há paz sem confiança mútua. Não há paz sem verdade nos propósitos.

Os efeitos da reconstrução nacional dão, portanto, condições para que o Brasil desempenhe papel internacional mais ativo. Este papel tem um objetivo central, que é o da paz mundial. A paz é a vocação do País, que não cultivou inimigos, não se iludiu com os benefícios da confrontação, não pretendeu hegemonias e repeliu as crises internacionais desestabilizadoras. A paz é o terreno sólido em que se pode instaurar a cooperação entre os povos e governos, absolutamente indispensável no momento em que os laços da interdependência se fortalecem.

Sabemos hoje que acontecimentos distantes podem afetar diretamente a estabilidade econômica de nosso País. A atual crise do Golfo terá repercussões sobre a política energética mundial, especialmente sobre o mercado de óleo cru. Ainda impor-

tamos cerca de 50% do que consumimos de petróleo, o que me leva a advertir mais uma vez sobre a necessidade de poupar energia. Temos de evitar todas as formas de desperdício. Uma cidadania responsável conhece os rumos do bem comum e age em consequência. Assim, tenho certeza de que minha advertência encontrará a boa resposta da população brasileira.

Outro aspecto da crise no Golfo foi o da segurança de brasileiros que estavam em áreas de risco. A atuação do Governo foi rápida, segura, e, através de gestões diplomáticas, vem conseguindo êxito na retirada de nossos irmãos, sem que em nenhum momento se quebrasse a fidelidade inquebrantável ao sistema da Organização das Nações Unidas e suas decisões.

Os distúrbios da ordem internacional, sobretudo quando significam violação clara do direito das gentes, devem ser condenados para que a normalidade se restabeleça. A força das disposições das Nações Unidas é o caminho necessário para a reconstrução de um mundo que, até há pouco, prometia paz, harmonia, fundadas na vitória da democracia. O Brasil estará inflexivelmente do lado da ordem e do direito. Não conhecemos outras bases para o intercâmbio e o diálogo entre nações.

---

«Aceitar o entendimento é um  
manifesto de fé nos valores  
da democracia.»

---

Conquistamos, como governantes, o mais precioso recurso político, que é a confiança da população. Não por obra do acaso, não porque demonstramos boas intenções, não porque fizemos promessas extraordinárias. Conquistamos essa confiança pelo exercício da liderança, com sentido democrático; pela coerência do projeto político, sustentado por ações de governo convergentes no sentido da mudança; pela autoridade sempre empenhada na solução dos problemas, e inabalavelmente respeitadora do equilíbrio institucional; pelo exemplo de uma atitude mo-

ral no trato da coisa pública; e, sobretudo, pela sensação de que, de forma concreta, efetiva, o País começou a mudar.

É esta nova situação que me anima a voltar a pedir o entendimento nacional. Governo e sociedade têm que buscar pontos de apoio mútuo. Não há democracia sem liderança política. Não há democracia sem uma sociedade articulada e disposta ao diálogo.

O Governo quer o diálogo e está aberto às várias formas de entendimento com os partidos, os trabalhadores e empresários, com as organizações sociais. Do lado do Governo, o objetivo é invariável, o da busca de fórmulas e de alternativas, com humildade e compreensão recíprocas para que as transformações econômicas e sociais encontrem os caminhos ideais, mais positivos, mais imediatos.

Sei que o povo quer o entendimento e espera das entidades que o representam uma resposta afirmativa ao chamamento do Governo. Aceitar o entendimento é mais do que um gesto de maturidade política e de sabedoria cívica. *É um manifesto de fé nos valores da democracia.* Por isto, o Governo será, sempre, sobre qualquer circunstância, sobre todos os temas, um foco de proposições de diálogo. É assim que pratico a democracia, é assim que proponho rumos para o desenvolvimento nacional.

Sem o entendimento, a própria complexidade do nosso País dificultará a união de forças pela mudança. Quando completei cem dias de mandato, afirmei que precisávamos forjar uma grande aliança entre todos os brasileiros, usar a democracia e a liberdade para estabelecer uma corrente de solidariedade única, de consciência social, de profunda vontade de mudar que nos mobilizasse a todos. Os objetivos do entendimento não de ser compartilhados por todos os cidadãos. A democracia ganhará com isso. Renovo agora o meu apelo.

O povo tem confiança de que fará o País com que sonha. Um país que deixará para trás o gigantismo e a ineficiência do aparelho de Estado; a corrupção, os privilégios, a irresponsabilidade pública, as vantagens imorais, a inércia diante da tragédia social, a desesperança, a indiferença e a violência.



O País que queremos, e que está sendo construído, tem outros valores. É um país que se transformará com o apoio de uma sociedade fortalecida pela convivência democrática. Um país em que as instituições e os direitos do cidadão são respeitados; a liberdade e os direitos humanos são balizas para o comportamento das autoridades. A economia será próspera porque apoiada na livre iniciativa e no imenso potencial de mercado interno, revigorado por uma distribuição de renda que promova condições humanas de vida para os mais carentes. Com a competência, eficiência e produtividade prevalecendo, os salários serão justos. A estabilidade econômica será a norma e as preocupações ecológicas nortearão os esforços de crescimento. O império da lei e o civismo guiarão as ações de todos os brasileiros, na conquista inadiável da cidadania plena.

---

«Não há dúvida de que o futuro está  
desenhado. Somos uma grande nação  
em um grande momento  
de sua história.»

---

Estamos criando uma sociedade engrandecida por uma ética de solidariedade, em que as razões do bem comum se identificarão com as da justiça. O Brasil estará voltado para a cooperação internacional e para a paz mundial. Será uma presença cada vez mais importante na comunidade das nações.

Há momentos em que o destino dos povos muda. Foi assim em 1822, quando começamos a construção da nacionalidade. Hoje, a nacionalidade quer ser contemporânea de seu tempo e nova caminhada se inicia. O trabalho confiante, obstinado e incansável de suas lideranças e de seu povo fará da Nação brasileira um país justo e moderno. Com as transformações que vêm sendo adotadas a partir de 15 de março, não há dúvida de que o futuro está desenhado. Somos uma grande nação em um grande momento de sua história.



Lutamos pela felicidade e dignidade do povo brasileiro.  
Não há causa mais entusiasmante. Não há luta mais nobre.  
Deus nos ajudará a vencê-la!

*Discurso pronunciado por  
Sua Excelência o Senhor Fernando Collor,  
Presidente da República Federativa do Brasil,  
na VI Reunião Ministerial realizada no  
Palácio do Planalto, no dia 10 de setembro de 1990.*